

## A Extensão Rural e a Escola: diálogos na construção de Projetos de Vida no Campo

 Dioneia Maria Samua Vieira<sup>1</sup>,  Luci dos Santos Bernardi<sup>2</sup>,  Luis Pedro Hillesheim<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI/FW. Programa de Pós-graduação em Educação. Rua Assis Brasil, 709, Bairro Itapagé. Frederico Westphalen - RS. Brasil. <sup>2</sup> Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI/FW. <sup>3</sup> Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI/FW.

Autor para correspondência/Author for correspondence: [dioneiamsvieira@gmail.com](mailto:dioneiamsvieira@gmail.com)

**RESUMO.** O artigo apresenta uma reflexão sobre as relações entre Extensão Rural e Práticas Formativas da Escola desenvolvidas em processo dialógico com a comunidade e através de um componente curricular da área diversificada, na perspectiva de pensar sobre a construção dos Projetos de Vida de jovens camponeses. De cunho bibliográfico, revisita a linha do tempo e conceitos da Extensão Rural, tecendo um diálogo sobre os objetivos e finalidades desses serviços no cenário atual, colocando em tela elos estabelecidos com a escola. Apresenta uma experiência de formação proposta no Currículo do Ensino Fundamental em uma escola do Rio Grande do Sul, a partir de 2002, por meio do Componente Curricular Desenvolvimento Local, que representa um movimento da comunidade com a preocupação de estimular a permanência de vida no campo e fortalecer o desenvolvimento de suas atividades agropecuárias. Destaca a importância da prática educativa fundamentada no diálogo e no trabalho interdisciplinar com as diferentes áreas do conhecimento, ancorada nas relações possíveis de estabelecer entre a Extensão Rural e a escola. Dessa forma, verifica que tais oportunidades educacionais mobilizam o Projeto de Vida, construindo significados e sentido à população jovem do campo, ao seu próprio desenvolvimento e do seu meio.

**Palavras-chave:** extensão rural, escola, projeto de vida.

## Rural Extension and the School: conversations on the making of Life Projects in the Countryside

**ABSTRACT.** The paper presents a reflection on the relationship between Rural Extension and Formative Practices in Schools developed during the dialogical process with the community and through a curriculum component of the diverse area, aiming to think about the making of Life Projects of rural youths. Using a bibliographical methodology, it revisits the timeline and the concepts of Agricultural Extension, weaving a dialogue between the objectives and aims of this service in the current scenario, putting into perspective the relationship established with the school. It presents a formative experience proposed in the Elementary School Curriculum in a school in Rio Grande do Sul, Brazil, from 2002 onwards, through a subject called Local Development, which represents a community move to stimulate the permanence in the countryside and to strengthen the development of agricultural activities. It highlights the importance of an educational practice founded on the dialogue and on interdisciplinary work, anchored in the possible relationships to be established between Agricultural Extension and the school. It also verifies that such educational opportunities mobilize the Life Project, giving meaning to the young population of the countryside, to its own development and to its location.

**Keywords:** agricultural extension, school, life project.

## **Extensión Rural y Escuela: diálogos en la construcción de Proyectos de Vida en el Campo**

**RESUMEN.** El artículo presenta una reflexión sobre las relaciones entre Extensión Rural y prácticas formativas escolares desarrolladas en un proceso dialógico con la comunidad y a través de un componente curricular del área diversificada, desde la perspectiva de pensar la construcción de Proyectos de Vida para jóvenes campesinos. De carácter bibliográfico, revisita la cronología y los conceptos de la Extensión Rural, creando un diálogo sobre los objetivos y finalidades de estos servicios en el escenario actual, poniendo en evidencia las relaciones establecidas con la escuela. Presenta una experiencia de formación propuesta en el Currículo de la Enseñanza Fundamental en una escuela de Rio Grande do Sul, a partir de 2002, a través de la disciplina Desarrollo Local, que representa un movimiento de la comunidad preocupada en incentivar la permanencia de la vida en el campo y fortalecer el desarrollo de sus actividades agrícolas. Resalta la importancia de la práctica educativa basada en el diálogo y el trabajo interdisciplinario con diferentes áreas del conocimiento, fundamentado en las posibles relaciones a establecer entre la Extensión Rural y la escuela. Comprueba que tales oportunidades educativas movilizan el Proyecto de Vida, construyendo significados y sentido a la población joven del campo, a su propio desarrollo y a su entorno.

**Palabras clave:** extensión rural, escuela, proyecto de vida.

## Introdução

No trabalho em questão, refletimos sobre as relações entre Extensão Rural e práticas formativas da escola desenvolvidas em processo dialógico com a comunidade e através de um componente curricular da área diversificada, visando pensar acerca da construção dos Projetos de Vida de jovens camponeses. Nesse viés, entendemos que o tema “Projeto de Vida”, inserido recentemente nos documentos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), faz parte de um debate anterior, já discutido em outros tempos e espaços. Embora seja pouco nítido, ou excepcionalmente se utilize o termo especificamente, ele figura no âmbito da prática educativa das escolas e está articulado com a Extensão Rural produzida dentro de instituições e nas unidades de produção agropecuárias.

A ideia de Projeto de Vida vai além de conteúdos sistematizados ou conhecimentos técnicos, expressa os sonhos, desejos, as aspirações e intenções de cada pessoa, associada à concepção de valores e cidadania. Para Machado (2016, p. 14), o “projeto significa sempre uma antecipação, uma referência ao futuro”, sendo esses ingredientes fundamentais, sem os quais sua elaboração não teria sentido. Nessa lógica, “os projetos constituem instrumentos da realização da liberdade individual, os espaços da iniciativa, da manifestação da criatividade, da invenção das possibilidades.” (Machado, 2016, p. 15).

Por isso, ressaltamos neste artigo que o foco de um processo educativo ao qual a escola está vinculada necessita ser construído de maneira endógena, horizontal e dialógica, atento aos interesses e voltado à realidade local, com participação dos jovens estudantes e suas famílias. De acordo com Freire (2011, p. 12), “... todo aprendizado deve encontrar-se intimamente associado à tomada de consciência da situação real vivida pelo educando.” Diante disso, é preciso propiciar momentos de interação e comunicação entre os sujeitos para pensarem as suas ações e suas relações com o meio.

Nosso estudo<sup>1</sup> tem por objetivo revisitar a linha do tempo e conceitos da Extensão Rural, tecendo um diálogo sobre os objetivos e finalidades desses serviços no cenário atual e colocando em tela relações estabelecidas com a escola, na perspectiva de mobilizar a construção de Projetos de Vida do jovem. A partir desses elos, apresentamos uma experiência de formação proposta no Currículo do Ensino Fundamental desde 2002, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Afonso Balestrin, em Taquaruçu do Sul, estado do Rio Grande do Sul, que representa um movimento da comunidade, principalmente agricultores familiares e

representantes de instituições públicas, órgãos não governamentais, com a preocupação de estimular a permanência de vida no campo e fortalecer o desenvolvimento de suas atividades agropecuárias. De cunho bibliográfico e documental, foi desenvolvido a partir de literatura disponível sobre o tema, assim como de documentos e registros disponibilizados por estas instituições.

Por fim, discutimos a Extensão Rural inserida no currículo em diálogo com o trabalho de um componente curricular que, para as escolas, significa possibilidades de desenvolver encontros com os Projetos de Vida, sendo indissociáveis do ponto de vista educacional e socioprofissional.

### **A Extensão Rural como prática educativa**

O processo de industrialização, modernização e introdução de tecnologias para produção agrícola, no Brasil, provocou transformações no modo de viver e produzir da população do campo, influenciando outros setores da sociedade, como a educação, a economia e a política. Nesse contexto, institucionalizou-se, no país, uma política de Extensão Rural. Segundo Rodrigues (1997, p. 120):

Por política de Extensão Rural entende-se uma das modalidades e política agrícola acionadas pelo poder público para intervir no meio rural, visando ao atingimento de objetivos cuja ênfase tem variado historicamente, mas sempre estão voltados para aspectos econômicos, visando ao aumento da produção e produtividade agropecuárias e para o bem-estar social das famílias e comunidades rurais, expresso, este último, em metas associadas à melhoria das condições de saúde, alimentação, educação e organização da população rural.

Ao discorrer sobre trajetória do serviço de Extensão Rural no Brasil, o autor pressupõe três períodos distintos do seu processo evolutivo: i) Humanismo assistencialista (1948-1962); ii) Difusionismo produtivista (1963-1984); e iii) Humanismo crítico (1985-1989). Entre as características, estão as diferentes formas de abordagem, tencionando desencadear o desenvolvimento rural, o aumento da produção, produtividade e renda no campo.

Rodrigues (1997) mostra que essa orientação pedagógica dada pelos agentes de extensão diante da identificação dos problemas e tratamento de determinada realidade teve, nos dois primeiros períodos, foco na submissão do agricultor aos saberes do extensionista que atua de maneira a “ensinar a fazer fazendo” e em caráter difusionista, transmitindo

informações técnicas, e o terceiro promove o diálogo dos saberes entre os sujeitos – agricultor-extensionista.

A abordagem da Extensão Rural, na década de 1980, caminha num processo mais reflexivo, possibilitando maior abertura e participação dos sujeitos. Nesse decurso, manifesta-se a contribuição das ideias do educador Paulo Freire, que versa em suas obras, especialmente em *Extensão ou Comunicação?* (Freire, 1983), a respeito da concepção de uma prática educativa problematizadora e dialógica no trabalho dos profissionais-educadores.

Freire (1983, p. 13) faz uma crítica ao termo extensão, analisando que detém o sentido de estender algo a alguém, associado à noção de “transmissão, entrega, doação, messianismo, mecanicismo, invasão cultural, manipulação, etc.”, há uma conotação mecanicista, o que impede o sujeito de pensar e construir seus próprios significados. Desse modo, entende que “o conceito de extensão não corresponde a um quefazer educativo libertador”. No entanto, indica que o trabalho de Extensão Rural tem relação com educação, na prática educativa comunicativa, fundamentada na problematização e dialogicidade entre educando-educador.

Em oposição à educação bancária – que se configura pelo depósito de informações, transmissão de saberes, valorização de métodos expositivos e transferência de conteúdos, Paulo Freire salienta a importância da comunicação no vínculo entre os sujeitos, bem como valorizar seus saberes e experiências para o desenvolvimento de novas práticas. Para ele, “aos homens se lhes problematiza sua situação concreta, objetiva, real, para que, captando-a criticamente, atuem criticamente sobre ela.” (Freire, 1983, p. 24). Ainda, defende a concepção de educação como prática da liberdade, para ele cabe “através da problematização do homem – mundo ou do homem em suas relações com o mundo e com os homens, possibilitar que estes aprofundem sua tomada de consciência da realidade na qual e com a qual estão” (Freire, 1983, p. 33). A construção do conhecimento, posicionamento crítico e a transformação consciente sobre a realidade se dá em consequência da curiosidade, da pesquisa, da reflexão constante do objeto de estudo e do meio em que está inserido, que se visualiza nos Projetos de Vida.

Sob um olhar crítico referente ao difusionismo, que consoante Caporal (1991), gerou êxodo rural, o endividamento dos agricultores, a exclusão social e impactos negativos no meio ambiente, o trabalho extensionista tem um novo redimensionamento, passando a preconizar a orientação de práticas agroecológicas no campo, incentivando a produção de

alimentos com qualidade, estimulando o fortalecimento da agricultura familiar e o desenvolvimento rural sustentável.

Nesse prisma, desde o ano de 2003, com a concepção de uma nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER – os profissionais dessa área do setor público desenvolvem um trabalho de caráter educativo, realizado de maneira não formal, almejando maior envolvimento dos agricultores, em diálogo com diversos segmentos da sociedade civil, lideranças das organizações, instituições formais de ensino, contemplando atividades que enfoquem o trabalho em conjunto, com encontros de discussão, aprendizado e construção do conhecimento.

Ao mesmo tempo, conforme sugere PNATER (2003), é importante que haja um processo educativo, permanente e contínuo das ações, como visualizamos na formação escolar que desenvolve o projeto de vida no campo. Tais práticas necessitam observar as características locais do seu território de abrangência, resgatar e interagir com os saberes dos agricultores e demais populações que vivem e trabalham no campo em regime de economia familiar. Além disso, estimular o uso sustentável dos recursos naturais, ou seja, partir do conhecimento e reflexão da própria realidade, do desenvolvimento da propriedade, contribuindo para o planejamento da vida. Manfio (2007, p. 95) acentua que “falar de Extensão Rural como prática educativa impõe, inicialmente, configurar a pessoa como sujeito histórico, apto e hábil para conduzir-se como ser de cultura no processo de produção de meios que sustentam a vida individual e coletiva.”

## **A Escola e a Extensão Rural**

A escola é um espaço organizado e institucionalizado que atua no processo de educação formal, cumprindo as determinações legais no intuito de promover o desenvolvimento integral do indivíduo, preparando-o para viver e conviver em sociedade. Caracteriza-se por proporcionar um ambiente de ensino e aprendizagem no qual os conteúdos historicamente sistematizados são propostos em cada etapa ou modalidade prevista em lei, assim como constitui-se pelo encontro de diferentes experiências e saberes culturais acumulados pela sociedade humana e que influenciam o trabalho dos agentes escolares.

Ao discorrer sobre a escola como organização do trabalho docente, Tardif e Lessard (2011, p. 55) apontam que

é um lugar produto de convenções sociais e históricas que traduzem as rotinas organizacionais relativamente estáveis ao longo do tempo. É um espaço sócio-organizacional no qual atuam diversos indivíduos ligados entre si por vários tipos de relações mais ou menos formalizadas, abrigando tensões, negociações, colaborações, conflitos e reajustamentos circunstanciais ou profundos de suas relações.

À vista disso, define-se por abranger um conjunto de ações, denominadas como práticas educativas que são planejadas, organizadas e operacionalizadas, procurando criar oportunidades de ensino e de aprendizagem. Para Marques e Carvalho (2016), essas podem ser previstas num âmbito geral, pelos gestores e docentes para o corpo discente e, também, alinhadas no âmbito específico da sala de aula, partindo da interação vivenciada por professores e alunos no decorrer da realização de suas atividades.

Ao pensar sobre essas práticas, cabe-nos considerar as características e singularidades desses agentes e sujeitos da educação, pertencentes a uma comunidade, a uma coletividade, constituída de valores humanos, culturais e sociais. Isso exige olhar para o processo formativo estabelecido e compartilhado com outros campos da educação, seja ela informal, advinda do contexto familiar, e da não formal, que envolve a participação de outras organizações/instituições no desenvolvimento de atividades através de programas e projetos sociais.

Nessa interpretação, de educação não formal, Gohn (2020, p. 13) corrobora com o pensamento de que essa “potencializa o processo de aprendizagem, complementando-o com outras dimensões que não têm espaço nas estruturas curriculares. Ela não substitui a escola, não é mero coadjuvante para simplesmente ocupar os alunos fora do período escolar.” Ademais, indica como relevante ferramenta, em qualquer nível social e de escolarização, com destaque para o campo da juventude, ao passo que possibilita a inclusão social, contribui para o processo de formação e construção da cidadania.

Similarmente, Enguita (2009 como citado em Gohn, 2020), assinala a importância atual das aprendizagens, dos saberes e conhecimentos existentes fora das escolas, revelando que há necessidade de estabelecer a cooperação entre os centros de ensino e o seu entorno, criando uma relação denominada ‘escola-rede’. Apreende que essa abordagem ultrapassa as visões que veem a escola encapsulada em si mesma, para outra visão, na qual o desafio intelectual é pensar em centros educativos como pontos de intersecção de outras redes que reforçam seu sentido público.

Nesse cenário, notabilizamos o entrecruzamento da escola e da Extensão Rural na promoção de uma prática educativa dialógica e de reflexão crítica, materializada na criação e implantação da disciplina Ensino no Meio Rural, em 2002, que mais tarde foi nominada Desenvolvimento Local, em uma escola do município de Taquaruçu do Sul, Rio Grande do Sul. A disciplina foi articulada em diálogo com a comunidade e, em sua proposta, traz uma prática educativa pertinente ao processo formativo de nossos jovens, cujo processo relatamos a seguir.

## **Do Ensino do Meio Rural ao Desenvolvimento Local**

Taquaruçu do Sul é uma cidade localizada no Noroeste do Rio Grande do Sul, cuja área corresponde a 76,917 km<sup>2</sup>, composta por população de aproximadamente 3.000 habitantes, destes, 60,81% são considerados população rural e 39,19%, urbana, predominando a economia oriunda do setor agropecuário. (IBGE, 2010).

Os dados divulgados no último Censo Agropecuário, em 2017, concernente ao número de estabelecimentos agropecuários, revelam que apesar da diminuição do número de estabelecimentos agropecuários nessa região, o município de Taquaruçu do Sul é um dos que menos apresentou queda, tendo por base dados do ano de 2006 – 477 estabelecimentos agropecuários – e, em 2017, uma redução para 416 (IBGE, 2019). Em virtude dessa configuração, o município tem um dos menores índices de diminuição dos estabelecimentos agropecuários e de população rural.

Considerando os dados referentes à educação, o levantamento demonstra que, em nível municipal, do total de produtores agropecuários, quase 70% possuem, no máximo, o ensino fundamental por nível de escolaridade. Quanto à idade do produtor, observamos que mais da metade dessa população encontra-se entre 45 a 65 anos, mostrando ser relevante olhar para os cidadãos jovens e promover incentivos, objetivando maior integração e sucessão desses nas atividades agropecuárias (IBGE, 2019).

No contexto histórico, passando de distrito para município, entre 1988 e 1989, contava com pequenas escolas localizadas no interior das comunidades rurais e, a partir de 1991, já discutiam a centralização dessas instituições. É significativo demarcar que, no transcorrer dos anos, alguns fatores influenciaram os rumos da Escola<sup>ii</sup> do meio rural. Entre os principais, destaca-se um panorama de êxodo rural, haja vista a saída da população do campo para

idades maiores. Camarano e Abromovay (1999) discorrem que, associados aos processos migratórios, estão o envelhecimento e a masculinização da população que vive no campo. Os autores analisam que cada vez mais os jovens vêm deixando o meio rural, e é preponderante a participação das mulheres, sendo um fator da carência de reprodução social.

Em decorrência de uma redução significativa no número de matrículas, não havendo mais turmas em algumas séries, o poder público, através da Secretaria Municipal de Educação, mobilizou o debate com o Conselho Municipal de Educação, propondo o processo de fechamento e cessação de atividades das escolas na área rural. Em linhas gerais, de acordo com Tolfo (2008), a nucleação destas escolas no município de Taquaruçu do Sul foi acontecendo de modo gradual a partir de 1994. O autor manifesta que, no ano de 2002, havia somente uma escola, localizada na Linha Fátima, denominada Escola Municipal de Ensino Fundamental Incompleto D. Pedro I. Acompanhando os registros da Secretaria Municipal de Educação, essa escola encerrou as atividades em 2013.

Nesses termos, os estudantes passaram a ser atendidos em uma escola núcleo, situada no espaço urbano, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Afonso Balestrin. O processo de nucleação vem ao encontro do que prevê a legislação: para cada grupo de escolas de Ensino Fundamental incompleto, existirá uma escola central de Ensino Fundamental completo, designada pelo Conselho Municipal de Educação, assegurando o número de vagas necessárias para incorporar os estudantes oriundos de áreas rurais. (CNE, 2002).

Silva, Moraes e Bof (2006) argumentam que, apesar dessa ideia ser justificada e defendida com princípios de equidade na distribuição das oportunidades educacionais para todos, há, segundo as autoras, a crítica de que “essa não apresenta relação de custo-efetividade favorável quanto pode ser prejudicial às crianças do meio rural que realizam longos trajetos para ir de casa até a escola e vice-versa, bem como a saída de seu local de origem e do seu contexto cultural.”

Com o processo de nucleação das escolas, evidenciava-se a preocupação das famílias, instituições e organizações no tocante ao ensino e formação dos estudantes que tinham suas bases familiares ligadas ao campo. Logo, apontaram a necessidade de contemplar, no processo de escolarização, conteúdos que fossem voltados à realidade local, bem como de promover o desenvolvimento de práticas que oportunizassem o olhar sobre a diversidade de culturas, produção, técnicas e gestão de atividades da agricultura familiar, vislumbrando o fortalecimento, a permanência no campo e a sucessão familiar.

Um elemento importante nesse movimento foi a criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário – COMDAPE, criado pela Lei Municipal nº 352/96, de 20 de junho de 1996, constituído por representantes do Executivo Municipal, Secretário Municipal da Agricultura, Prefeito Municipal, de instituições de Assistência Técnica e Extensão Rural, Cooperativas, do setor da Educação e produtores rurais indicados pela sua entidade de classe – Sindicato de Trabalhadores Rurais e outras organizações. Entre as competências atribuídas ao órgão, realçamos, em harmonia com o art. 2º, parágrafo VI, “sugerir a adequação curricular nas Escolas de âmbito municipal, nos diversos níveis, aos planos estabelecidos na agropecuária, objetivando a difusão de tecnologias e a aceitação cultural.” (Taquaruçu do Sul, 1996).

Em nível nacional, realizava-se, no ano de 1998, a I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, que tinha o objetivo de “mobilizar a sociedade e os órgãos governamentais para a formulação de políticas públicas que garantissem o direito à educação para a população do campo, criando a Articulação Nacional por uma Educação do Campo” (Freitas, 2011, p. 39). Como resultado dessa discussão, nasceu a proposta de Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), no Parecer CNE/CEB nº 36/2001, e sua instituição por meio da Resolução nº 1/2002, que delinea a identidade da escola do campo,

definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. (CNE, 2002, p. 1).

Os Princípios da Educação do Campo, regulamentados nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, conforme a Resolução nº1, de 3 de abril de 2002, artigo 13 (CNE, 2002, p. 3), estabelecem aos diversos sistemas de ensino:

além dos princípios e diretrizes que orientam a Educação Básica no país, observarão, no processo de normatização complementar da formação de professores para o exercício da docência nas escolas do campo, os seguintes componentes:

I- estudos a respeito da diversidade e o efetivo protagonismo das crianças, dos jovens e dos adultos do campo na construção da qualidade social da vida individual e coletiva, da região, do país e do mundo;

II- propostas pedagógicas que valorizem, na organização do ensino, a diversidade cultural e os processos de interação e transformação do campo, a gestão democrática, o acesso ao avanço científico e tecnológico e respectivas contribuições para a melhoria das condições de

vida e a fidelidade aos princípios éticos que norteiam a convivência solidária e colaborativa nas sociedades democráticas.

Em atenção às demandas levantadas com base nos movimentos sociais e às determinações legais, desenvolveram-se encontros periódicos com profissionais de setores da educação e voltados ao setor da agricultura, elaborando-se projetos e programas municipais com incentivo à educação do campo. Dessa mobilização, foi criada, em 2002, a disciplina de Ensino no Meio Rural, alicerçada em um plano de formação e estudo consonante com o Projeto Político Pedagógico, fazendo parte do currículo e da organização do Ensino Fundamental, do 6º ao 9º ano, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Afonso Balestrin.

Inicialmente, a disciplina era organizada por um professor do quadro efetivo do município e contava com a colaboração dos técnicos da Secretaria da Agricultura, Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS-Ascar) – e outras entidades parceiras locais e regionais, por intermédio das atividades de extensão. As aulas teóricas e práticas ocorriam na própria escola e eram complementadas na propriedade dos estudantes. Os registros de classe mencionam, dentre os temas abordados na formação: cuidado e conservação do solo, reflorestamento, lixo e poluição, reciclagem, água – fonte de vida e preservação natural, origem e sistema da agricultura, agricultura familiar, produção orgânica, horta, e criação de animais.

Em face dessas temáticas primárias e outras possíveis a serem desenvolvidas, observando-se as intenções de aprendizagem ou áreas de interesse, demarcamos a importância das intervenções de outros profissionais da área técnica com conhecimento sobre a prática de Extensão Rural e dos saberes dos cursos superiores relacionados, principalmente às Ciências Agrárias, na contribuição e acompanhamento dos Projetos de Vida, fortalecendo e incentivando a sucessão rural.

No ano de 2015, conforme Ata nº 2 do Conselho Municipal de Educação, a disciplina do Ensino do Meio Rural passou a ser ministrada somente para a turma do 9º ano, com a carga horária de uma hora semanal, contemplando a área diversificada do currículo escolar, tencionando desenvolver estudos voltados à Educação Ambiental. As temáticas eram apresentadas através de aulas teóricas ou práticas no espaço escolar, muitas vezes utilizando um terreno destinado à horta, e outras nas próprias propriedades rurais dos estudantes ou parceiros da comunidade, sendo desenvolvido trabalhos individuais e em grupo, valorizando a

agricultura familiar sustentável e o exercício da profissão agricultor. O Plano de Formação revela a notoriedade de

desenvolver no educando estudos sobre Educação Ambiental, para que o mesmo possa aprender e conscientizar-se que devemos preservar o ambiente em que vivemos. Desenvolvendo e valorizando a agricultura familiar sustentável, onde haja organização da propriedade rural, não poluindo os recursos naturais disponíveis e valorizando a profissão agricultor, tendo em vista que a grande maioria das famílias dos alunos são agricultores. (Plano de Estudo do Ensino no Meio Rural, 2015, p. 1).

A datar de 2017, o movimento para a Educação do Campo retomou o processo de discussão sobre as demandas e reivindicações da população e, com isso, a elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural. Novas reuniões foram realizadas nas comunidades do interior do município, organizadas pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente – Setor de Desenvolvimento Rural – em conjunto com o COMDAPE.

No período de 25 de outubro a 01 de dezembro de 2017 ocorreram oito reuniões, com grupos organizados a partir da localização geográfica, agrupando as comunidades por proximidade em determinadas sedes, agendadas com os líderes locais e tornadas públicas via emissora de rádio local.

Como resultado, obteve-se a participação de 200 pessoas representantes de 19 comunidades (Linha Sete de Setembro, Linha Zanatta, Linha Pessegueiro, Linha Barra do Fortaleza, Linha Chielle-Pessotto, Linha Piaia, Linha Volpato, Linha Botezzini, Linha Turchetto, Linha Balestrin, Linha Três Fronteiras, Linha 10 de novembro, Linha Fátima, Linha Cerro Alto, Linha Granja Velha, Linha Casaril, Linha Santo Antônio, Linha Travessão Seco e Linha Albarello).

As reuniões foram registradas em Ata Específica do órgão, na qual consta como objetivo principal do encontro levantar demandas para a melhoria dos diversos setores do meio rural que contribuirão no desenvolvimento do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural e conseqüentemente na elaboração de estratégias de desenvolvimento do setor agrícola nas propriedades rurais do município de Taquaruçu do Sul – RS. A partir deste diálogo, os presentes apontaram a necessidade de uma formação escolar que contemplasse a realidade local e manifestaram desejo de retomar o trabalho nas escolas com a disciplina “Ensino no Meio Rural”, inserindo-a novamente no currículo escolar, do 6º ao 9º ano. Ressaltamos que, na avaliação da comunidade, a retirada da disciplina do currículo das séries finais do Ensino Fundamental (6º, 7º e 8º anos) influenciou na diminuição do interesse/foco dos jovens em

relação ao trabalho voltado à realidade rural, no decorrer da formação, justificando, assim, a reavaliação dos objetivos e do planejamento, considerando seu propósito inicial e o contexto.

Frente a isso, salientamos a preocupação quanto à continuidade das atividades no meio rural, a necessidade de incentivar os jovens a exercer o seu protagonismo no campo e no local onde vive, possibilitando a sucessão familiar, melhoria da qualidade de vida, incrementando a produção agrícola, com o cultivo e produção de alimentos, a criação de animais, importantes para o abastecimento do seu entorno e região.

Intrínseco a esse processo, vinculou-se o trabalho com o Projeto de Vida dos jovens, desenvolvido no viés de aproximar e associar as intenções de aprendizagem às temáticas referentes à realidade do campo, na perspectiva do seu desenvolvimento, aperfeiçoamento pessoal e do meio socioprofissional, nas unidades de produção agropecuárias.

Tal reflexão é primordial para pensar Projetos de Vida, uma vez que os saberes e as experiências são elementos chaves nas atividades de estudo, pesquisa e práticas, assegurando momentos comunicativos e participativos entre educandos-educadores e vice-versa. Do ponto de vista de Machado (2016), os projetos merecem mais atenção no campo educacional, pois a estes atribui relevante papel na construção da cidadania. Frisa que “tanto o ar e os alimentos são imprescindíveis para a manutenção da vida no sentido biológico, os projetos o são para a existência de uma vida plena, em sentido humano” (Machado, 2016, p. 49). Nessa linha, o trabalho realizado na escola tem sua trajetória marcada pelo diálogo sobre os sonhos, os desejos e as aspirações individuais, pensando projetos de vida articulados com um querer coletivo.

O Projeto de Vida tornou-se um instrumento fundamental para o processo de formação e a transformação dos estudantes, mobilizando a dimensão pessoal, familiar e social. Parte do conhecimento e consciência de si, suas origens, influências histórico-culturais, suas relações com os outros e o meio em que está inserido, posto que nele figuram elementos que constituem o passado, o presente e um horizonte futuro.

Machado (2016) afirma que um projeto apresenta características que são elementares na atribuição do seu significado, como a referência ao futuro, a abertura ao novo e a ação a ser realizada. A primeira compreende a realidade como uma construção humana e sobre ela orienta-se para o que deseja transformar. A segunda determina o desafio de um caminho incerto ou indeterminado, mas almejado, levando em conta, as metas elegíveis. A terceira remete à motivação e à capacidade própria de alcançar seu objetivo, seja ele individual ou

coletivo. O autor sobrealça, ainda, que cada um deve ter seu próprio projeto de vida e exemplifica: “Por mais bem intencionado que esteja, um pai não pode ter projetos pelo filho; quando tal ocorre, isso em geral é motivo de infelicidade de pelo menos um dos dois, quando não de ambos.” (Machado, 2016, p. 29).

Em 2019, retomando os propósitos mencionados na discussão do Plano de Desenvolvimento Rural iniciada no ano de 2017, os conselheiros do COMDAPE, representantes da Secretaria Municipal da Agricultura e Educação, registram a solicitação que envolve repensar acerca do ensino até então empreendido nas escolas sobre o meio rural, analisando a realidade local e a preocupação com seu desenvolvimento e transformação. Também nesse período, reuniões administrativas e pedagógicas aconteceram para se discutir e organizar a proposta de implementação do documento orientador da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, agregando à parte diversificada o contexto da disciplina Ensino no Meio Rural.

De acordo com os dados da pesquisa realizada por Rosa et al. (2020), no ano de sua publicação, em 2020, 70 % dos estudantes do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino, de Taquaruçu do Sul-RS, eram oriundos de comunidades rurais. Isso demonstra a importância de se pensar a respeito da realidade local e articular um currículo que atenda a carência e os anseios apresentados pelas famílias, tendo em mente, inclusive, a territorialidade, constituída também pela parte urbana e o contexto atual.

Defronte a essa conjuntura, propõe-se a reestruturação do Projeto Político Pedagógico, seguindo as orientações da BNCC, com a reformulação da área diversificada, envolvendo as áreas comuns do conhecimento, a disciplina Ensino do Meio Rural passou a denominar-se Desenvolvimento Local. Sua organização tem como base um plano de formação que abrange as turmas do 6º ano ao 9º ano construído coletivamente com a direção, coordenação pedagógica, equipe de docentes, conselho escolar e entidades locais, tendo como eixo norteador o Projeto de Vida, definido com uma das competências da Educação Básica, que procura valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que possibilitem ao estudante compreender as relações do mundo do trabalho e o exercício da cidadania. (Brasil, 2017, p. 9)

A reformulação do componente curricular da área diversificada, denominado Desenvolvimento Local, reforça as metas da proposta inicial do Ensino no Meio Rural, adequando-se ao cenário educacional e trata de aproximar os estudantes da realidade em sua

territorialidade urbano-rural. Dessa forma, durante o processo de formação, se discute, sobretudo, relativamente ao Projeto de Vida, configurando um espaço no planejamento das aulas para reflexões sobre a identidade, valores familiares e sociais, organização e planejamento pessoal, observando aspectos que constituem o contexto atual e as óticas futuras.

Além disso, aborda o reconhecimento da comunidade local, as atividades sociais, econômicas e culturais, serviços públicos e privados. Cabe-nos avultar, ainda, as oportunidades de interação com profissionais de diferentes setores, estabelecendo diálogos com os jovens sobre o que diz respeito ao mundo da vida, da continuidade dos estudos e do trabalho. (Plano de Estudo do Componente Desenvolvimento Local, 2020).

Nesse ponto, compreendemos o vínculo das práticas educativas desenvolvidas no cenário da escola e as atividades de Extensão Rural, associadas ao sentido de comunicação como proposta por Freire (1983). Não se trata de estender o conhecimento aos estudantes de maneira impositiva, rígida, verticalizada, para que aceitem tal informação, objeto ou técnica como única verdade. Implica um trabalho dialógico, que possibilita a reflexão crítica sobre o conhecimento, seu significado e as ações a partir da realidade, “o conhecimento não se estende do que se julga sabedor até aquele que se julga não saberem; o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações.” (Freire, 1983, p. 36).

Assim, a tarefa basilar da prática educativa da escola é de problematizar questões de situação real ou concreta, oportunizando aos estudantes o exercício de organizar o pensamento e compreendê-lo criticamente, sendo que poderá refletir num processo permanente de formação, tal como se propõe o trabalho de Extensão Rural.

### **O trabalho da escola e da Extensão Rural na formação do sujeito do campo**

Como discutido anteriormente, o trabalho realizado pela escola em questão tem suas raízes no movimento da própria comunidade, que apresenta características rurais e dela demanda por uma educação que atendesse as singularidades dessa população visando seu fortalecimento e permanência no campo.

Concordamos com Fabris e Bernardi (2018, p. 794) que:

A escola é um espaço coletivo, e, por isso, precisa ser pensando por todos, e assumido por todos. O ser humano está em constante processo de formação e construção, e a escola torna-se a instituição que intervém, intencionalmente, nesse processo de desenvolvimento do ser humano. A relação construída por educandos, educadores, numa constante troca de experiência, agrega-se à educação novos valores, construídos a partir dos sujeitos envolvidos.

Apontamos algumas mudanças ocorridas com o passar dos tempos no currículo até a reformulação de um componente curricular. Não obstante, destacamos, na sequência, sua organização e planejamento a partir do Plano de Formação, seguindo as orientações do documento da BNCC, dando ênfase às Competências Gerais, em especial a de número seis, que se refere ao Trabalho e Projeto de Vida.

Da expansão da disciplina de Ensino do Meio Rural para o Componente Curricular Desenvolvimento Local, um plano de estudo foi organizado em articulação com o Projeto Político Pedagógico da escola, que possibilita, durante a formação, um processo de construção contínua, adequando-se às circunstâncias. Em conformidade com Rosa et al. (2020, p. 161)

O plano de estudo é um instrumento que está em consonância com a BNCC, apresenta uma série de conteúdos (temática/objeto de conhecimento), contendo as aprendizagens essenciais a serem desenvolvidas em cada componente curricular. Ele está organizado de forma progressiva e norteará o processo de ensino e aprendizagem em cada etapa do ensino fundamental. Além disso, está incorporado a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, podendo ser trabalhado de forma transversal e contextualizada.

Entre as ações propostas pelo documento, estão a realização de encontros, oficinas, aulas teórico-práticas em sala de aula e em espaços da comunidade, não se limitando à exposição de determinado conteúdo, mas à investigação, à pesquisa fundamentada a partir de questionamentos sobre o objeto de estudo. A prática educativa tem como ponto de partida relações de diálogo entre os sujeitos participantes.

Distinguimos, entre os instrumentos pedagógicos utilizados, a pesquisa socioantropológica, delineando o autoconhecimento dos estudantes, a compreensão de suas origens, do meio social, cultural e familiar em que estão inseridos. A partir do resultado do questionário, são organizados encontros, considerando temáticas por eles apontadas como relevantes para estudo, além do que está previsto no próprio Plano de Estudo. Também atestam o processo de formação alguns profissionais que realizam intervenções externas, com

apoio de diferentes áreas, tendo em vista a diversidade de temas de pesquisa dos estudantes para o desenvolvimento dos seus Projetos de Vida. Estabelece-se uma importante parceria institucional, vinculando a Secretaria de Educação e Agricultura com o serviço de Extensão Rural, promovendo acompanhamento técnico em visitas de estudos nas propriedades rurais e interações nas práticas de campo.

Ao passo da elaboração até a apresentação dos projetos de modo formalizado, tem-se a proposta de atendimento personalizado, que propicia momentos de orientação e diálogo de maneira individualizada entre educando-educador, observando e considerando as ideias e sugestões para aprimoramento de objetivos e metas de acordo com as intenções de estudo e aprendizagem. Ao final, realiza-se um seminário integrador com a participação das famílias, professores, colegas de turma, integrantes da comunidade e profissionais de instituições de ensino e extensão.

Neste aspecto, evidenciamos o importante papel dos cursos relacionados às Ciências Agrárias, e de seus componentes curriculares de Extensão Rural, de que precisam trabalhar as escolas e propor uma contribuição no decorrer da formação dos sujeitos do campo, a fim de que possam socializar-se com as diferentes possibilidades e construir em suas vidas projetos elaborados com a contribuição da extensão rural e da escola.

### **Considerações finais**

O Componente Curricular Desenvolvimento Local, no atual currículo da escola, teve uma contribuição histórica da comunidade de um município, voltado ao segmento agropecuário e com a maioria de sua população ligada ao campo, notabilizando que a Extensão Rural e a Escola produzem um diálogo que potencializa Projetos de Vida que atravessam currículos, componentes curriculares e que são possibilidades de desenvolvimento do campo.

Na trajetória escolar, decorridos 20 anos desse processo, algumas reformulações foram necessárias, readequando os objetivos, dadas as atuais representações juvenis e uma nova dinâmica no contexto social. Assim, elucidamos a intersecção de elementos da Extensão Rural e da escola, contempladas na formação escolar e vinculadas à construção de ideias nos Projetos de Vida dos estudantes.

As práticas educativas produzidas pela Extensão Rural nas/com as Escolas de Ensino Fundamental contribuí significativamente no desenvolvimento local e regional, através do ensino, da pesquisa e da extensão ao longo da formação. Nesse processo, pode estar articulado na Educação Básica desde as séries iniciais, ampliado no Ensino Fundamental e Médio com a construção dos Projetos de Vida e, ao chegar no Ensino Superior, a Extensão Rural ultrapassa a ideia de componente curricular para um nível de contribuição social, desenvolvendo realidades diferentes, sempre apoiadas na educação.

Com essa possibilidade de aproximação entre os profissionais da Extensão Rural das instituições, docentes e jovens estudantes do meio rural, podemos visualizar um cenário mais dinâmico no processo educativo, em atenção aos interesses individuais e coletivos presentes em cada Projeto de Vida e nos anseios da comunidade, a fim de fortalecer a Educação do Campo, discutindo, conscientizando-se dos problemas da realidade do campo em relação ao mundo contemporâneo, lançando olhares para um horizonte melhor, transformação, conhecimento em ação concreta.

A experiência educacional referida é um exemplo de formação que nasce da mobilização social, uma necessidade local que estabelece relações com o contexto rural e promove o fortalecimento de seu território. Destacamos a importância da prática educativa fundamentada no diálogo e no trabalho interdisciplinar com os diferentes campos do conhecimento científico e tecnológico. A compreensão do meio em que se trabalha, dos sujeitos, de suas condições é fator determinante para bons resultados no processo educativo. Nesse sentido, o trabalho possibilita o conhecimento da realidade, a referência ao futuro e realização do próprio sujeito sobre ação. Logo, as oportunidades educacionais mobilizam o Projeto de Vida, construindo significados e sentido à população jovem do campo, ao seu próprio desenvolvimento e do seu meio.

## Referências

Brasil. (2017). *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica.

Camarano, A. A., & Abromovay, R. (1999). Êxodo Rural, Envelhecimento e Masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. *Texto para discussão*, 621, 1-28.

Caporal, F. R. (1991). *A extensão rural e os limites à prática dos extensionistas do serviço público* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

Fabris, F., & Bernardi, L. T. M. S. (2018). A função social da escola do campo e os princípios filosóficos da educação para o MST: um olhar sobre a Escola José Maria. *Revista Brasileira De Educação Do Campo*, 3(3), 784-809. <https://doi.org/10.20873/uft.2525-4863.2018v3n3p784>

Freire, P. (1983). *Extensão ou Comunicação*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.

Freire, P. (2011). *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.

Freitas, H. C. A. (2011). Rumos da Educação do Campo. *Revista: Em Aberto*, 24(85), 35-49. DOI: <https://doi.org/10.24109/2176-6673.emaberto.24i85>

Gohn, M. G. (2020). Educação não-formal: direitos e aprendizagens do cidadão(ãs) em tempos de coronavírus. *Revista humanidades e inovação*, 7(7), 9-20.

Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. (2010). *Censo Demográfico*. Recuperado de: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/taquarucu-do-sul/pesquisa/23/24304?detalhes=true>

Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. (2019). *Censo Agropecuário*. Recuperado de: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro\\_2017\\_resultados\\_definitivos.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf)

Taquaruçu do Sul. (1996). *Lei Municipal n. 352, de 26 de junho de 1996*. Cria o conselho municipal de desenvolvimento agropecuário de Taquaruçu do Sul - COMDAPE - e dá outras providências. Recuperado de: <https://cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=7992&cdDiploma=199603522#a3>

Machado, N. J. (2016). *Educação: cidadania, projetos e valores*. São Paulo, SP: Escrituras Editora.

Manfio, E. (2007). *Educação formal do e no campo* (Dissertação de Mestrado). Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Frederico Westphalen.

Marques, E. S. A., & Carvalho, M. V. C. (2016). O significado histórico de práticas educativas: um movimento que vai do clássico ao contemporâneo. *Linguagens, Educação e Sociedade*, 21(35), 122-142.

Ministério do Desenvolvimento Agrário, Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural. (2003). *Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER*.

*Plano de Estudo do Componente Curricular Desenvolvimento Local*. (2020). Taquaruçu do Sul, RS: Escola Municipal de Ensino Fundamental Afonso Balestrin.

*Plano de Estudo do Ensino no Meio Rural*. (2015). Taquaruçu do Sul, RS: Escola Municipal de Ensino Fundamental Afonso Balestrin.

*Resolução CNE/CBE nº1, de 3 de abril de 2002. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade- SECAD.*

Rodrigues, C. M. (1997). Conceito de seletividade de políticas públicas e sua aplicação no contexto da política de extensão rural no Brasil. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, 14(1), 113-154.

Rosa, A. A., Vieira, D. M. S., Zanatta, R. Z., Basso, S. S., & Lorini, A. (Orgs.). (2020). *Meu projeto de Vida: transformando o futuro*. Taquaruçu do Sul-RS: LM.

Silva, L. H., Moraes, T. C., & Bof, A. M. (2006). A educação no Meio Rural: revisão da literatura. In Bof, A. M. (Org.). *A educação no Brasil Rural* (pp. 69-136). Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Tardif, M., & Lessard, C. (2011). *O trabalho docente*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Tolfo, F. (2008). *Fatores que contribuem para a saída do jovem do meio rural e a relação com o fechamento da maioria das escolas do meio rural do município de Taquaruçu do Sul* (Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização). Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Frederico Westphalen.

---

<sup>i</sup> Destacamos que o presente estudo é um recorte de uma dissertação em curso, em um Programa de Pós-graduação em Educação (URI/FW) que objetiva investigar as intenções de aprendizagem de jovens concluintes dos anos finais do Ensino Fundamental, a partir da construção de seu Projeto de Vida, de seu olhar para o futuro, considerando os laços entre as condições de vida dos estudantes, as suas experiências e as oportunidades educacionais.

<sup>ii</sup> É fundamental destacar que, historicamente, a criação do conceito de educação escolar no meio rural esteve vinculada à educação “no” campo, descontextualizada e ancorada no modelo urbano. A Constituição Federal do Brasil (1988), e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) representam avanços para reivindicações históricas e sinalizam a construção de uma proposta de educação do campo e não mais educação rural ou educação para o meio rural. Um dos marcos do movimento é a aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, em 2002. No contexto de nosso trabalho não utilizamos a nomenclatura Escola do Campo, pois não eram assim nominadas pela comunidade.

#### Informações do Artigo / Article Information

Recebido em: 05/08/2022  
Aprovado em: 10/11/2022  
Publicado em: 19/12/2022

Received on August 05th, 2022  
Accepted on November 10th, 2022  
Published on December, 19th, 2022

**Contribuições no Artigo:** Os(as) autores(as) foram os(as) responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

**Author Contributions:** The author were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

**Conflitos de Interesse:** Os(as) autores(as) declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

**Conflict of Interest:** None reported.

#### **Avaliação do artigo**

Artigo avaliado por pares.

#### **Article Peer Review**

Double review.

#### **Agência de Fomento**

CAPES.

#### **Funding**

CAPES.

#### **Como citar este artigo / How to cite this article**

APA

Vieira, D. M. S., & Bernardi, L. S., & Hillesheim, L. P. (2022). A Extensão Rural e a Escola: diálogos na construção de Projetos de Vida no Campo. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 7, e14717. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e14717>

ABNT

VIEIRA, D. M. S.; BERNARDI, L. S.; HILLESHEIM, L. P. A Extensão Rural e a Escola: diálogos na construção de Projetos de Vida no Campo. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, v. 7, e14717, 2022. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e14717>